

**RECONFIGURANDO PRÁTICAS SOCIAIS: AS COMUNIDADES
QUILOMBOLAS E O FÓRUM DE AGRICULTURA
FAMILIAR DA REGIÃO SUL DO RIO GRANDE DO SUL**

RECONFIGURING SOCIAL PRACTICES: THE MAROON COMMUNITIES AND THE FORUM FOR FAMILY
AGRICULTURE IN THE SOUTHERN REGION OF RIO GRANDE DO SUL

Carla Rech
Pedro Robertt

Vol. XI | n°22 | 2014 | ISSN 2316 8412



RECONFIGURANDO PRÁTICAS SOCIAIS: AS COMUNIDADES QUILOMBOLAS E O FÓRUM DE AGRICULTURA FAMILIAR DA REGIÃO SUL DO RIO GRANDE DO SUL

Carla Michele Rech¹
Pedro Robertt²

Resumo: O presente artigo tem por objetivo apresentar parte dos resultados da pesquisa de mestrado acadêmico na qual se analisou uma série de nove anos de atividades do Fórum de Agricultura Familiar da Região Sul do Rio Grande do Sul (2004-2012), período na qual se integraram representantes de diversas comunidades quilombolas localizadas no extremo sul do Brasil. Procurou-se identificar os elementos que oportunizaram a aproximação das comunidades ao Fórum, esse com mais de uma década de funcionamento à época do ingresso dos representantes das primeiras comunidades quilombolas e as repercussões advindas desta participação. Os resultados da pesquisa indicam que o ingresso das primeiras comunidades ao Fórum não foi automático, sendo ao contrário, influenciado pelo contexto político-institucional, pela ação de mediadores sociais e pela disponibilização de recursos.

Palavras chaves: Comunidades quilombolas, Participação social, Mediação.

Abstract: This paper aims to present some of the results of the research academic master which examined a series of nine years of activities of the Forum of Family Farming of the Southern Region of Rio Grande do Sul (2004-2012), a period in which integrated representatives of various maroon communities located in southern Brazil. We sought to identify the elements that made possible the approximation of the communities to the Forum, this with more than a decade of existence at the time of entry of the representatives of the first maroon communities and the resulting impact of that involvement. The survey results indicate that the entry of the first communities to the Forum was not automatic, as opposed to being influenced by political-institutional context, the action of social mediators and the mobilization of resources.

Keywords: Maroon communities, Social participation, Mediation.

Durante mais de um século, sociedade e Estado brasileiro ignoraram a presença de inúmeras comunidades quilombolas, localizadas em áreas de difícil acesso no campo. Este cenário permaneceu oculto no rural brasileiro até o início deste século, especialmente no Rio Grande do Sul (RS), estado que ocupou lugar de destaque no contexto escravagista brasileiro.

Na região sul do Rio Grande do Sul, apesar da presença expressiva de comunidades quilombolas, é somente na segunda metade da primeira década do século XXI que as mesmas passam a conquistar maior visibilidade e inserção no Fórum de Agricultura Familiar, espaço multiorganizacional criado em 1995 junto à

¹ Socióloga, mestre em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Brasil.

² Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Brasil; Professor Adjunto da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Brasil.

Embrapa Clima Temperado³, com objetivo de propor e implementar ações para o desenvolvimento sustentável do meio rural dessa região.

O objetivo do presente artigo é apresentar, segundo pesquisa realizada, os elementos que oportunizaram a aproximação das comunidades ao Fórum, esse com mais de uma década de funcionamento à época do ingresso dos representantes das primeiras comunidades quilombolas e as repercussões advindas desta participação.

Utilizamos como referência teórica os pressupostos da epistemologia crítica (DE LA GARZA, 2001); da sociologia da interdependência⁴ (ELIAS, 2008); e pesquisas realizadas em processos participativos de implementação de políticas públicas no mundo rural brasileiro (SILVA, FAVARETO, 2009; DEMARCO, MATTEI, 2009; CAZELLA, SCHNEIDER, 2009; SCHMITT, 2012). Também foram utilizados aportes teóricos da sociologia norte-americana relativos à interdependência entre o contexto político institucional e os repertórios de ação coletiva (MCADAM, TARROW, TILLY, 2001; SKOCPOL, 2003) e das relações de mediação social (NEVES, 2008; NUSSBAUMER, ROS, 2011).

Como fonte de obtenção e interpretação dos dados foi utilizado predominantemente a observação participante (ANGROSINO, 2009; GIL, 2009; BECKER, 1999), observação retrospectiva⁵ (MARTINS, 2008) e a análise documental (CELLARD, 2010). Os dados obtidos por meio da observação, realizada de forma assistemática de 2004 a 2010 e de forma sistemática nos anos de 2011 e 2012, foram acompanhados da análise documental (de documentos arquivados desde 2004 a 2012) e cotejados com a realização de

³ “A Embrapa Clima Temperado é uma unidade descentralizada da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Embrapa, vinculada ao Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), localizada em Pelotas/RS, formada a partir da fusão de dois centros de pesquisa existentes na região sul do Rio Grande do Sul: o Centro de Pesquisas de Terras Baixas – CPATB e o Centro de Pesquisas de Fruteiras de Clima Temperado – CPFT. Uma das bases físicas que compõe esta Unidade é a Estação Experimental da Cascata” (PERERA, GOMES, 2009, p. 137).

⁴ Para fins de compreensão deste estudo torna-se importante destacar o conceito de configuração do qual decorre a compreensão do processo ora analisado. Tomamos este como referência, tendo em vista que “o conceito de configuração chama a atenção para interdependência das pessoas [...] coloca o problema das interdependências humanas no centro da teoria sociológica” (ELIAS, 2008, p. 144 - 147). Partindo desse pressuposto teórico, passamos a compreender que, conforme destaca Elias (2008, p. 73-74), ocorreu ao longo do desenvolvimento histórico da sociedade humana e das ciências sociais um conjunto de transformações e processos de consciência, ligados a cadeias de interdependências, nas quais as pessoas conjuntamente formaram várias espécies de relações funcionais internamente consistentes, grandemente autorreguladas e relativamente autônomas, e configurações em constante mudança.

⁵ Perspectiva metodológica inaugurada pelo sociólogo Jose de Souza Martins. Nela, utilizam-se como banco de dados as próprias lembranças. Os fatos experienciados, são reconsiderados "a posteriori" como dados, ao interior de uma espécie de observação participante. A escolha dessa abordagem metodológica justifica-se pelo fato de que a presente pesquisadora acompanhou as atividades do Fórum de 2003 a 2010, inicialmente como secretária executiva e posteriormente como assessora técnica da política de desenvolvimento territorial.

entrevistas (GIL, 2009) qualitativas (focadas e por pauta), no segundo semestre de 2012, com membros do Fórum, especialmente em cargos de direção deste espaço, e representantes das comunidades quilombolas.

NOTAS SOBRE AS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DA REGIÃO SUL DO RIO GRANDE DO SUL

A região sul do Rio Grande do Sul teve sua trajetória marcada pela instalação da indústria saladeril, que no século XIX absorveu significativo contingente de africanos e africanas escravizados(as) utilizados(as) como mão-de-obra para desenvolvimento desta atividade.

Segundo estudos historiográficos realizados por Zarth (2002), a partir de censos da época, é possível verificar a participação da mão-de-obra cativa em diversos setores da economia gaúcha, não se restringindo somente ao espaço das charqueadas. Mesmo expressivos, “são das últimas duas décadas os avanços da historiografia sobre a efetiva inserção dos escravos nas várias dimensões da vida social e econômica desta província desde o período colonial” (RUBERT, SILVA, 2009, p. 253).

Nessa região, ao longo de dois séculos, foram se formando - parte decorrente de fugas e ocupações de áreas de difícil acesso e parte produto da doação de terras a escravos alforriados e/ou ocupações de áreas devolutas no período pós-abolicionista - inúmeras comunidades negras rurais, muitas delas originadas dos antigos quilombos. Conforme assinala Rubert e Silva (2009) o termo quilombo surgira ainda no período colonial como espaço de resistência ao cativo e categoria jurídico-administrativa. Conforme destacam os autores,

Quilombo passa a significar, então, não só os confrontos abertos com instituições escravistas, mas toda uma variedade de enfrentamentos indiretos e negociações sutis, por meio dos quais se logrou a conquista de espaços de autonomia no interior do próprio regime escravocrata. Os estudos atuais sobre remanescentes de quilombos revelam que a constituição de territórios negros, no transcorrer e após o desmantelamento do regime escravocrata, se deu pelas mais variadas estratégias, cotejadas entre os anseios por criação de espaços de autonomia e a segregação do entorno: o tradicional esconderijo/refúgio; doação testamental por parte do antigo senhor [...] compra com pagamento não só em dinheiro, mas também com trabalho e/ou outros bens; posse de terrenos “devolutos” e impróprios às atividades produtivas dominantes; recompensa por participação em revoluções (RUBERT, SILVA, 2009, p. 258).

Com o passar do tempo, o conceito de quilombo recebe uma configuração instituída pelo governo federal brasileiro, por meio do artigo 68 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias que instituiu a categoria jurídica de “*remanescentes das comunidades dos quilombos*” (BRASIL, 1988).

Posteriormente, a Fundação Cultural Palmares, uma instituição pública vinculada ao Ministério da Cultura criada em 1988, que tem a finalidade de promover e preservar a cultura afro-brasileira, preocupada com a igualdade racial e com a valorização das manifestações de matriz africana, formula e implanta políticas públicas que potencializam a participação da população negra brasileira nos processos de desenvolvimento do País (BRASIL, 2010), explicita o conceito de quilombo, conforme pode ser observado no Art. 2, da Portaria 98/2007:

[...] consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos os grupos étnicos raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com formas de resistência à opressão histórica sofrida (BRASIL, 2007).

Cabe destacar também que durante muito tempo parte importante da história brasileira havia sido omitida ou distorcida pela falta de estudos na área e pelo descaso do Estado brasileiro com estas populações que até o início deste século viviam em condições muito semelhantes ao início do século XIX: sem acesso à documentação civil básica, à terra, à moradia digna, à luz e aos programas sociais de transferência de renda.

A invisibilidade é, sem dúvida, uma característica comum destas comunidades negras rurais. Mesmo instaladas anteriormente aos processos de colonização europeia na região, as comunidades remanescentes dos antigos quilombos, durante muito tempo permaneceram invisíveis aos olhos da sociedade regional.

O Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA), uma organização não governamental, criada em 1978 para desenvolver ações junto a agricultores familiares e outros públicos ligados à área rural mesmo com mais de 25 anos de trabalho na região sul desconhecia até o ano 2.000 a existência destas comunidades: “*O próprio Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA), que tem um trabalho de muitos anos na região, pouco sabia da existência dos quilombolas – quase invisíveis*” (CAPA, 2007, p. 17). Para os governos locais e governo federal esta invisibilidade permaneceu por quase mais dez anos. Cabe destacar que até 2008, apenas duas comunidades estavam registradas no Cadastro Geral de Remanescentes das Comunidades dos Quilombos da Fundação Cultural Palmares, cadastro oficial do governo federal que permite a esses grupos o reconhecimento público e acesso à políticas sociais e direitos específicos.

Sobre a invisibilidade das comunidades quilombolas cabe destacar a implicação dessa situação para essas comunidades, conforme Rubert e Silva (2009, p. 272)

[...] sofrem uma “invisibilidade expropriadora de duplo sentido” Gusmão (1995, p. 65) ao compartilharem os atributos de *negros* e *rurais*, ou seja, estão submetidos a um duplo sistema de relações verticais: do urbano sobre o rural e de brancos sobre negros. Adolfo de Oliveira chama atenção, porém [insistimos nesse ponto!], para o fato de que, além dessa invisibilidade imposta, há também “toda uma esfera de práticas sociais igualmente invisibilizadoras” exercidas no cotidiano pelos próprios atores.

Apesar de um longo período de invisibilidade, este quadro começa a se modificar a partir de estudos realizados, especialmente a partir da década de 1990, contribuindo para a emergência destas comunidades, conforme argumenta Rubert e Silva (2009, p. 252),

As recentes pesquisas historiográficas e antropológicas sobre a formatação da estrutura agrária e a escravidão no Rio Grande do Sul – entre as quais os laudos técnicos produzidos com a finalidade de fundamentar o pleito das comunidades remanescentes de quilombos pela regularização de seus territórios – têm tornado visível um segmento social até então pouco contemplado nos imaginários construídos sobre a sociedade regional: os descendentes de escravos africanos.

Em levantamento realizado no ano de 2004, por encomenda do governo estadual através do Programa RS Rural - resultado de acordo realizado em 1999 entre o Governo do Estado do Rio Grande do Sul e o Banco Mundial, com a participação dos municípios e beneficiários, para responder aos problemas sócio-econômicos e ambientais que estariam causando processos de exclusão de agricultores familiares, como consta em RS RURAL (PERERA, GOMES, 2009, p. 132) - Rubert realizou um recorrido pelo estado do Rio Grande do Sul e pôde visitar 42 comunidades negras rurais.

Nessa ação, denota-se o esforço do gestor à época, em parte desencadeada pela pressão dos movimentos sociais de incluir nas intervenções voltadas a comunidades rurais caracterizadas por pobreza e exclusão as comunidades quilombolas, conforme destaca a pesquisadora em recente trabalho publicado (RUBERT, SILVA, 2009).

Mesmo assim, ao observar as comunidades listadas desta região pelo estudo realizado, pré-classificadas como “*região dos pampas e antigas charqueadas*” (RUBERT, SILVA, 2009, p. 260), é possível verificar que nem todas as comunidades mapeadas⁶ no trabalho realizado em 2009 pelo Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA) já constavam da lista, mas cujo estudo serviu para referendar a existência destas comunidades. É importante destacar o que os autores concluem sobre as comunidades listadas,

⁶ “No total foram visitadas 43 comunidades para a realização de um diagnóstico abrangente compondo o mapa temático. Dessas, 32 já receberam seus certificados da Fundação Palmares” (CAPA, 2010, p. 18).

As comunidades citadas se encontram atualmente no mais diversos níveis de organização. Algumas apenas conhecem vagamente a legislação que torna possível a auto-definição como quilombola aguardando um trabalho mais incisivo de mobilização por parte de ONGs e/ou do Movimento Quilombola já constituído (IBID, p. 262).

Rubert e Silva (2009, p. 266-267) destacam “*um atributo largamente apontado como característico das comunidades remanescentes de quilombos [...] ‘as terras de uso comum’ [...] e a existência de uma lógica de transmissão do patrimônio compatível com o que a bibliografia especializada instituiu como própria ao campesinato*”. Segundo os autores, estas comunidades quilombolas utilizaram e utilizam até os dias de hoje “categorias⁷ nucleantes da visão de mundo camponesa” (*ibidem*, p.268) como estratégias de resistência racial. Para eles,

[...] o atual processo de autoidentificação como remanescentes de quilombos vem dinamizar essa formas de resistência [...]. Este processo não se resume a uma simples red denominação [...] trata-se, sim, ‘de reconhecer naquele grupos, até então marginais, um valor cultural absolutamente novo’ (ARRUTI, 1997, p.21-3), o qual alterará de maneira significativa a autoimagem e o ordenamento político identitário [...] a correlação de forças com os atores políticos locais e regionais e as interações com a vizinhança [...] Em síntese: encaminha-se a criação de uma nova realidade embasada não só nos novos recursos materiais e simbólicos a que os grupos passam a ter acesso, mas também na ressignificação e no reordenamento de conteúdos e atributos referidos em uma memória coletiva, e na desnaturalização das relações de desigualdade (*ibidem*, p. 273).

Em termos de características destas comunidades é importante destacar, com base nos estudos realizados por Rubert e Silva (2009) que, diferentemente de outras regiões do país, as áreas de terra ocupadas são pequenas, em termos comparativos, e possuem fraca densidade demográfica.

Segundo relatos do CAPA (2007, p. 17), as comunidades quilombolas “*possuem características rurais [...] desenvolvem agricultura de subsistência, trabalham como mão-de-obra eventual, junto aos pequenos agricultores e fazendeiros, produzem artesanato tradicional e de utilidades nas lides agrícolas*”.

Observaremos na seção seguinte, a inserção gradual das comunidades quilombolas no Fórum de Agricultura Familiar, bem como os resultados desta integração.

⁷ Estas categorias que caracterizam a campesinidade são a terra, o trabalho e família, descritas por Woortmann (1998) *apud* Rubert e Silva (2009, p. 268).

AS COMUNIDADES QUILOMBOLAS E O FÓRUM DE AGRICULTURA FAMILIAR DA REGIÃO SUL DO RIO GRANDE DO SUL

Como já foi destacado, o Fórum foi fundado em meados de 1995, atuando desde então, ininterruptamente, por meio de encontros mensais⁸, nas quais participam organizações governamentais e não governamentais ligadas aos agricultores familiares, assentados de reforma agrária, pescadores artesanais e comunidades quilombolas.

Marcado inicialmente pela participação majoritária de representantes de órgãos públicos e não-governamentais ligados à agricultura familiar e, da participação de representantes do sindicato de trabalhadores rurais, o Fórum foi se reconfigurando ao longo dos anos, incluindo gradativamente novos grupos ligados à agricultura familiar⁹.

Nesta trajetória de quase duas décadas de funcionamento, cabe destacar um fato relevante que alterou sobremaneira as configurações desse espaço. Em 2004, o Fórum adquiriu uma interface socioestatal, passando a atuar como colegiado territorial do território Zona Sul do Estado. Este processo decorreu da implantação do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais, uma proposta de descentralização do governo federal brasileiro (2003-2011), coordenado pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA).

Esta nova e importante configuração trouxe para o Fórum, enquanto espaço de articulação das ações da SDT/MDA, a necessidade de adequar-se as determinadas diretrizes propostas pelo governo federal, destacando-se a Resolução nº 48 do Condraf, a qual propõe as diretrizes e atribuições para a rede de Conselhos de Desenvolvimento Rural Sustentável – CDRS, nos diferentes níveis de atuação.

Segundo § 1º do Art. 1º da Resolução nº 48, o Fórum deveria contemplar a representatividade, diversidade e pluralidade dos atores envolvidos nas diferentes dimensões do desenvolvimento rural. Considerando as características da região de abrangência do Fórum e, em especial, o grande número de comunidades quilombolas, entendidas como segmento da agricultura familiar, fazia-se necessário à época incluí-los no processo.

Cabe registrar que essa demanda foi pautada durante as reuniões do Fórum, bem como debatida com as organizações presentes. Um aspecto da dinâmica do Fórum feita durante a observação participante chama atenção e merece ser destacado: para além da formalização dos convites para as reuniões, existe

⁸ Ordinariamente, as reuniões do Fórum tem ocorrido sem interrupção desde a sua fundação, na forma de um encontro mensal, de março a dezembro, sempre na 2ª terça-feira de cada mês.

⁹ De acordo com a Resolução n. 48/2004/MDA/CONDRAF, entende-se por agricultor(a) familiar, o conceito adotado pelo Pronaf, que inclui: a) produtores(as) rurais cujo trabalho seja de base familiar, quer sejam proprietários(as), posseiros(as), arrendatários(as), parceiros(as) ou concessionários(as) da Reforma Agrária; b) remanescentes de quilombos e indígenas; c) pescadores(as) artesanais que se dediquem à pesca artesanal, com fins comerciais, explorem a atividade como autônomos, com meios de produção próprios ou em parceria com outros pescadores artesanais; d) extrativistas que se dediquem à exploração extrativista ecologicamente sustentável; e) silvicultores(as) que cultivam florestas nativas ou exóticas, com manejo sustentável; e f) aquícultores(as) que se dediquem ao cultivo de organismos cujo meio normal, ou mais freqüente de vida seja a água.

uma realidade sociológica que determina a participação efetiva das organizações. Apesar da secretaria executiva do Fórum enviar os convites, a maioria via e-mail, especialmente a partir de 2004, mas também por correio, fax e contato telefônico, foi possível observar ao longo dos anos de acompanhamento do Fórum que são as próprias organizações que participam com mais frequência que mobilizam seus parceiros, dependendo do tema que será abordado.

Além disso, um fato importante a ser destacado a partir da observação e da análise documental, é o de que foi a primeira vez na trajetória do Fórum que recursos financeiros foram disponibilizados para a implantação de projetos elaborados pelas organizações que participavam desse espaço, bem como para custear a realização de eventos do Fórum e a contratação de assessoria técnica permanente.

A proposta de descentralização da tomada de decisão sobre a destinação de recursos públicos tanto de investimento como de custeio incluiu o estabelecimento de parcerias com entidades locais. Para a aplicação dos recursos de investimento, a cada ano as organizações estabeleciam acordos com as prefeituras municipais dos municípios a serem implantados os projetos; já para os recursos de custeio, a SDT/MDA estabeleceria contratos de repasse por meio de um agente financeiro, com uma entidade ligada ao território. O Fórum realizou, ao final do ano de 2004, um debate específico sobre esse tema e escolheu, pelas características do trabalho na região e participação do Fórum desde sua gênese, o CAPA como entidade executora para a aplicação dos recursos do custeio.

Analisando a documentação disponível, constatou-se que a partir de 2007 ocorreu o ingresso de representantes de comunidades quilombolas. Examinando as listas de presença desse ano constatou-se que a partir de abril desse ano, representantes de cinco comunidades quilombolas¹⁰ da região passaram a participar das reuniões do Fórum. Segundo os dados analisados referentes ao ano de 2007, em mais da metade das reuniões realizadas havia presente na plenária uma liderança comunitária dos quilombolas.

Foi também no ano de 2007, segundo dados analisados, que os quilombolas participaram pela primeira vez do debate sobre os projetos territoriais com aprovação de demandas, o que se manteve nos anos posteriores, bem como a participação das comunidades quilombolas nas reuniões, um número que gradativamente foi aumentando até 2012, último ano da série analisada.

Para além do acesso aos projetos territoriais, um conjunto de programas públicos foi integrado às ações da SDT/MDA junto às organizações ligadas ao Fórum, especialmente junto às comunidades quilombolas, devido a grande demanda existente, entre os principais: o Programa Nacional de Documentação das Trabalhadoras/as Rurais (PNDTR); o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica (Luz para Todos); o Programa Arca das Letras; o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) – Grupo I; o Programa Bolsa Família, ampliado para o meio rural; o Programa de Aquisição de

¹⁰ Comunidades Quilombolas *Monjolo* (também conhecida por Serrinha e Campos Quevedos), *Torrão* e *Coxilha Negra*, localizadas em São Lourenço do Sul; e *Armada* e *Maçambique* localizadas em Canguçu.

Alimentos (PAA); o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); e, mais recentemente, o Programa Fomento às Atividades Produtivas lançado pelo MDA, em execução pela Emater.

Em 2008, novos acontecimentos alteram a configuração do Fórum e impactaram as comunidades quilombolas. Conforme os dados encontrados, ocorreu no início desse ano o lançamento do Programa “Territórios da Cidadania”¹¹ - programa de caráter interministerial coordenado pela Casa Civil da Presidência da República. Constatou-se que o lançamento desse novo programa aglutinou um grande número e diversidade de público representado no evento realizado em fevereiro, particularmente de comunidades quilombolas. Nota-se também a participação de gestores públicos municipais e de prefeitos no evento.

Segundo relatório do evento de lançamento do novo programa, realizado em fevereiro de 2008, constituiu-se durante o mesmo um Comitê Gestor Territorial¹² para acompanhamento e gestão das ações previstas no Programa Territórios da Cidadania. Esse comitê foi formado a partir da ampliação da coordenação do Fórum que era também o Núcleo Dirigente à época. Um dos objetivos desse comitê era a constituição de um novo colegiado territorial, a partir das orientações do Programa Nacional.

Como já destacamos, desde 2005 o Fórum exercia o papel de Colegiado Territorial, no entanto, em virtude da sua dinâmica aberta e flexível, segundo registros da época, a partir de fevereiro de 2008 o mesmo deixa de exercer o papel de colegiado, isso porque o Programa Territórios da Cidadania exigia que o colegiado devesse ser paritário, ou seja, ser composto por 50% de representantes da sociedade civil e 50% de representantes do poder público. Frente à esse quadro, o Fórum não se submeteu à rigidez imposta pelo programa.

De todo modo, a análise dos documentos disponíveis e a observação realizada durante o período, possibilitam afirmar que o Fórum continuou sendo a grande base de sustentação, principalmente de mobilização e de articulação das organizações dos agricultores familiares, pescadores artesanais, assentados de reforma agrária e das comunidades quilombolas do território. O Fórum também manteve o papel propositivo dos projetos territoriais de investimento e de deliberação sobre os recursos da SDT/MDA, a partir desse ano, como um fórum setorial do novo Colegiado Territorial (CAPA, 2009).

¹¹ Segundo Art. 2º do Decreto de 25 de fevereiro de 2008 que instituiu o Programa Territórios da Cidadania, este tem por objetivo promover e acelerar a superação da pobreza e das desigualdades sociais no meio rural, inclusive as de gênero, raça e etnia, por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável que contempla: I - a integração de políticas públicas com base no planejamento territorial; II – a ampliação dos mecanismos de participação social na gestão das políticas públicas de interesse do desenvolvimento dos territórios; III - a ampliação da oferta dos programas básicos de cidadania; IV - a inclusão e integração produtiva das populações pobres e dos segmentos sociais mais vulneráveis, tais como trabalhadoras rurais, quilombolas, indígenas e populações tradicionais e; V - a valorização da diversidade social, cultural, econômica, política, institucional e ambiental das regiões e das populações.

¹² Formado pela Embrapa, Emater, Furg, um representante dos prefeitos municipais; pelo CAPA, Unaic, Cecov, quilombolas e MST.

Por exemplo, no mês de março, foram realizadas sete reuniões¹³, principalmente com organizações que participavam das reuniões do Fórum. Aqui cabe destacar o desencadeamento do processo de reconhecimento público das comunidades quilombolas, a partir da articulação do Fórum, evento que alterou o cenário da região.

Segundo os dados apresentados pelo Programa Territórios da Cidadania, a população alvo constituía à época 32.160 agricultores familiares (segundo censo IBGE 2006), 117 assentamentos de reforma agrária, cerca de 6.000 pescadores artesanais e quatro comunidades quilombolas (Fundação Cultural Palmares, 2008).

Os dados da Fundação Cultural Palmares geraram reação das cinco comunidades quilombolas que já participavam das reuniões do Fórum, e foram convidadas a participar do evento em fevereiro, bem como das demais comunidades que foram mobilizadas pelas comunidades já integradas e pela equipe técnica do CAPA. Cabe destacar que havia uma expectativa de que esse novo programa pudesse atender as necessidades dessas comunidades.

Segundo documentos de registro e observação à época, o fórum setorial das comunidades quilombolas da região realizado em março de 2008 contou com a presença de representantes de 25 comunidades da região. A partir daí elas demandaram a realização dos procedimentos para o reconhecimento. Para execução das atividades necessárias indicaram o CAPA que já tinha trabalhado com as comunidades, o que será melhor descrito a seguir.

A indicação do CAPA resultou ao final desse ano, na formalização de contrato de repasse com a SDT/MDA para o acompanhamento das comunidades. Como veremos adiante, esta ação resultou no reconhecimento de 29 comunidades quilombolas.

Além do lançamento deste novo programa, em 2008 a coordenação do Fórum se amplia mais uma vez¹⁴, incluindo um representante das comunidades quilombolas. Com relação às organizações que participam do Fórum, foi realizado no final do ano de 2012, um novo levantamento, o qual pode ser observado no quadro 01, em especial na coluna em destaque, com a relação das 26 comunidades quilombolas que passaram a participar das reuniões no período de 2007 a 2012, além da participação de representantes da Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas - Conaq.

Para fins de análise dos elementos que oportunizaram essa aproximação e manutenção no processo de participação, cabe ressaltar que, segundo documentos analisados, verificou-se que de 2005 em

¹³ Reuniões setoriais com os seguintes atores: 1) prefeitos do território; 2) quilombolas e o Incra; 3) assentados de reforma agrária e o Incra; 4) assistência social e segurança alimentar; 5) educação e cultura; 6) saúde e 7) organizações da pesca artesanal e Seap;

¹⁴ De 1995 a 2005 a coordenação do Fórum era tripartite, composta por um representante dos órgãos governamentais, um das organizações não governamentais e um das organizações dos agricultores familiares. A partir de 2006, mais dois representantes passaram a fazer parte da coordenação do Fórum: um representante das organizações da pesca artesanal e um dos assentados de reforma agrária. Os mandatos são anuais, sendo os representantes escolhidos pelos seus pares, geralmente nas primeiras reuniões do ano.

diante, todas as despesas de deslocamento, alimentação e eventualmente de hospedagem passaram a ser custeadas com recursos da SDT/MDA, por meio do contrato de repasse com o CAPA.

Organizações/Entidades que participam da construção territorial				
Acop	Associação dos Produtores de Marango	Colônia de pescadores Z-24	Coomelço	Embrapa
ADCPR	Associação Estreito	Colônia de pescadores Z-25	Coonapas	Federarraz
AGPP	Associação Ilha Marinheiros	Comirã Arroio grande	Coonaterra	Fepagro-Sul
ALM/Ufpel	Associação Novo Amanhecer	Comrade	Coopal	Fetag
Amplepa	Associação Novos Caminhos	Comunidade Quilombola Boqueirão/Canguçu	Coopante	Fetraf
APAR	Associação Parobé	Comunidade Quilombola Campos Quevedo	Coopap	Fórum Reg. de Desenv. Manejo das Águas e Combate à Estagnam
Apesmi	Associação Pescadores do Porto	Comunidade Quilombola Candiota	Coopar	Furg
Apeva	Ass. Pescadores de Santa Vitória do Palmar	Comunidade Quilombola Cerro das Velhas	Coopava	Grupo de Agricultores Passo do Lourenço
Apisal	Ass. Regional dos Pequenos Agricultores	Comunidade Quilombola Casilha Negra	Coopex Rio Grande	Grupo de Agricultores Cerro da Boneca
APPEPEJA	Associação Rama do Taquaral	Comunidade Quilombola da Armada	Cooperal	Grupo Tesoureiro
APRIJ	Associação São Coetano	Comunidade Quilombola da Mutuca	Cooperativa Arpasul	Intecoop/Furg
Assaf	Associação São Geraldo	Comunidade Quilombola da Picada	Cooperativa Indusiva	Mapa
Assessores Parlamentares	Associação Sepé Tiarajá	Comunidade Quilombola do Algodão	Cooperativa Lagoa Viva	MPA
Associação Arpasul	Associação Sulriograndense de Cebola	Comunidade Quilombola do Alto da Caixa	Cooperativa Santa Izabel	MST
Associação Assis Brasil	Associação Unidos Cresceremos	Comunidade Quilombola Estância da Figueira	Cooperativa Sul Ecológica	Nudese/Furg
Associação Barranco	Associação Vitória Certa	Comunidade Quilombola Igustemi	Cooperativa Sul Leite	PGDR/UFRGS
Associação Barroco	Atia	Comunidade Quilombola Moçambique	Cooperativa Teia Ecológica	PPGSPAF/UFPel
Associação Bojuri	Azonal	Comunidade Quilombola Manoel do Rego	Cooperativa Terra Nova	Prefeituras Municipais
Associação Brilho do Sol	Bionatur	Comunidade Quilombola Moçoilo	Cooperativa Unido	Quiosqui Z3
Associação Butiá	CADM/PAF	Comunidade Quilombola Rincão da Faxina	CooperHerval	Rede Sementesul
Associação Caiçira	Cafsul	Comunidade Quilombola Rincão das Almas	Coopermil	SDR/ RS
Associação Capão do Meio	Câmaras de Vereadores	Comunidade Quilombola Rincão do Couro	Coopersul	SDT/MDA
Associação Capivara	CAMGL	Comunidade Quilombola São Manoel	Cooperaturuçú	Seapa/RS
Associação Conquista	CAPA	Comunidade Quilombola Serrinha	Coopesca	Sebrae
Ass. Conquista da Liberdade	CAPEC	Comunidade Quilombola Tio Dô	Coopesi	Setorial das Mulheres
Ass. Conquista do Jaguarão	Casa Civil/RS	Comunidade Quilombola Terraão	Coopisco	Sicredi
Ass. Criadores de Gado Jersey	Casa da Pimenta	Comunidade Quilombola Vila Nova	Cootec	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
Ass. de Agr. e Pesca São Coetano	CAVG	Comunidade Quilombola Vila Progresso	Coptil	Sitio Talismã
Ass. de Cooperação Sepé Tiarajá	Cecov	Comunidade Quilombola Vi Elvira	Corede Sul	Unic
Ass. de Moradores, agr. e pesc. Raízes da Terra	Cefet RS	Comunidade Quilombola Vi Ernestina	Consulti	Vereadores municipais
Ass. de Produtores do Passo do Salsó	Centro Coranilha de Agroecologia	Conoq	CPT	Via Campesina
Ass. de Produtores Rurais de Butiá	Cepoa	Conema	Crianor	
Ass. de Produtores Rurais São Geraldo	Cetap	Coofan	Cresol	
Associação Divisa	CIEM	Coomelca	Emater	

Quadro 01: Lista das organizações que participam das atividades do Fórum (2004–2012). Fonte: CAPA (2013).

Foi possível observar ao longo dos anos, incluindo o de 2005, que, mesmo em momentos de interstício entre a liberação das parcelas por parte do agente financeiro ou de renovação entre os contratos, o CAPA garantiu, com recursos próprios, que os agricultores, assentados e pescadores não tivessem gastos decorrentes da participação no Fórum. Essa instituição também colocou sua capacidade instalada à disposição, incluindo a equipe técnica e sua infraestrutura, bem como sua trajetória associativa anterior.

Em segundo lugar, ressaltasse que o CAPA também manteve com recursos próprios da instituição, o pagamento do auxílio-deslocamento a todos os representantes das comunidades quilombolas visto que as exigências impostas pelo agente financeiro (Caixa Econômica Federal - CAIXA) inviabilizaram o pagamento via contrato de repasse. A CAIXA exigia que os pagamentos fossem realizados mediante depósito em conta corrente, um impedimento para esse grupo social, que à época, a maioria não erabancarizada ou via problema nessa forma de pagamento. .

RECONFIGURANDO PRÁTICAS SOCIAIS: A INFLUÊNCIA DO CONTEXTO POLÍTICO-INSTITUCIONAL E A AÇÃO DE MEDIADORES SOCIAIS

Conforme referencial teórico utilizado, partimos do pressuposto de que os processos de gestão local e participação cidadã envolvem uma complexidade de fenômenos, que configuram relações que se estabelecem entre os agentes, muitos deles promovidos por processos de mediação social. Estas relações geram interdependências multidimensionais, que para além dos aspectos econômicos e políticos, envolvem questões culturais e afetivas.

Ademais, os repertórios de ação coletiva, segundo tal referencial, são influenciados pelos contextos político-institucionais, e contribuem para as configurações sociais nos diferentes períodos. No caso estudado, é possível afirmar que a reconfiguração do Fórum em 2004, a partir de um novo contexto político-institucional, estimulou e oportunizou o ingresso e a participação das comunidades quilombolas neste espaço, bem como o acesso a políticas públicas e projetos.

Como vimos, a SDT estabelecia em suas diretrizes, já citadas, a necessidade por parte dos colegiados territoriais, no caso o Fórum, de incluir representantes dos diferentes grupos que fazem parte da agricultura familiar nos processos de decisão, ou seja, estimulando que representantes das comunidades quilombolas fizessem parte do Fórum.

Além disso, neste novo contexto o Fórum teve à disposição, por meio do CAPA, recursos financeiros para custear suas atividades e especialmente, dar apoio aos representantes dos agricultores familiares, pescadores(as) artesanais, assentados de reforma agrária e comunidades quilombolas. Esse apoio ocorreu, em parte, mediante o ressarcimento das despesas decorrentes da sua participação.

Neste sentido cabe destacar os estudos realizados em outros contextos semelhantes de implementação de políticas públicas por Moruzzi Marques (2009); Favareto e Demarco (*apud* SILVA, MARQUES, 2009); Schmitt (2012); Silva, Marques (2009) que demonstraram que a falta de recursos financeiros é um dos principais constrangimentos à participação. Em se tratando dos representantes das comunidades quilombolas, podemos afirmar que os constrangimentos aumentam pelo maior grau de exclusão social, econômica e política ao qual estavam submetidos.

De fato, no caso estudado, a disponibilização de recursos para esses grupos foi fundamental para o seu ingresso e permanência no processo. No entanto, de acordo com a observação realizada durante todo o período, pode-se afirmar que a existência de espaços de participação abertos e ativos, como o Fórum, em contextos político-institucionais favoráveis a determinados repertórios; e a participação efetiva dos grupos mais fragilizados, como das comunidades quilombolas não é um processo automático, nem se limita apenas ao pagamento das despesas.

A observação realizada ao longo de todo o período em análise, junto com outras informações obtidas, permite afirmar que a existência de uma organização regional, com uma trajetória institucional associativa sólida, capaz de estimular a participação de determinados grupos e garantir que as ações tenham continuidade, mesmo com a interrupção no repasse dos recursos, foi fundamental para o êxito no processo.

No caso estudado, cumpre destacar a trajetória do CAPA na região sul do RS. Segundo os seus documentos institucionais, desde 1980 inserido na região, o CAPA busca através da organização social, da agroecologia e do acesso a mercados a melhoria da qualidade de vida do público atendido (IDE, 2008). Ao longo dos mais de 30 anos de atuação, vem ampliando o público originalmente atendido: pequenos agricultores ligados à Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB). Essa política de inclusão do CAPA é anterior, inclusive, ao período sob análise. Conforme destaca Dutra (2011, p. 72): "*Uma primeira mudança ocorreu quando o CAPA propôs incluir os assentados de reforma agrária em seu público de atendimento, há 21 anos*".

O trabalho do CAPA na região inclui: a criação e o acompanhamento de 14 organizações¹⁵ de agricultores familiares; o apoio à implantação dos primeiros assentamentos de reforma agrária na região, além de contribuir na fundação de organizações da pesca artesanal e apoiar o reconhecimento público e organização de comunidades quilombolas.

Em relação às comunidades quilombolas pode-se afirmar que o CAPA criou as condições de possibilidade de sua participação no Fórum, iniciando em 2000 um projeto piloto com acompanhamento sistemático às primeiras comunidades quilombolas que se integraram ao Fórum em 2007 (Serrinha/Monjolo, Torrão, Coxilha Negra, Campos Quevedos, Armada e Maçambique):

Instigados pela Fundação Luterana de Diaconia (FLD), organização que o acompanha, o CAPA iniciou em 2002 um projeto-piloto voltado ao desenvolvimento das comunidades de remanescentes dos antigos quilombos nos municípios de Canguçu e São Lourenço do Sul (CAPA, 2007, p. 17) [...] De 11 comunidades identificadas, quatro integraram-se ao projeto (DUTRA, 2011, p. 74) [...] comunidades quilombolas Torrão, Monjolo, Maçambique e Armada (no interior dos municípios de Canguçu e São Lourenço do Sul) (CAPA, 2007, p. 09).

Segundo CAPA (2007, p. 17), foi realizado um conjunto de ações integradas junto as comunidades quilombolas atendidas, conforme pode ser notado no trecho a seguir:

¹⁵ Entre elas destacam-se Coopar, Unaic, ArpaSul, Coopal, Cresol, Cooperativa Sul Ecológica, Cooperturuçú, Cafsul, Sintraf-Sul e Cooperativa União

O projeto Pequenos Agricultores Quilombolas considerou ações nas áreas de segurança alimentar e agroecologia; saúde comunitária e plantas medicinais; geração de renda; resgate histórico, cidadania, cultura e etnia. Ainda buscou a participação e representação social deste segmento, como instrumento decisivo de visibilidade pública, para servir como base de reconhecimento e acesso de políticas públicas.

Em 2005, com o apoio do Governo Federal, através do Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia (PPIGRE) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o CAPA avançou no trabalho com o projeto "Fomento às Ações de Assistência Técnica e Extensão Rural, visando a promoção do etnodesenvolvimento sustentável de sete comunidades quilombolas do território sul do Rio Grande do Sul". As atividades incluíram a capacitação e a qualificação para o avanço das ações na geração de trabalho e renda através da melhoria do "artesanato étnico" e da venda dos produtos agrícolas; o resgate histórico e a valorização das expressões culturais e do cotidiano das comunidades; e o reforço da identidade étnica (CAPA, 2007, p. 18).

Segundo Dutra (2011, p. 75) "*De 2002 a 2008 o CAPA veio trabalhando com as comunidades, aproximando-as dos movimentos dos agricultores familiares, dos espaços de comercialização e de tomadas de decisão, dos quais o principal é o Fórum de Agricultura Familiar*". O CAPA também conseguiu, por meio de suas ações, mobilizar um grande número de comunidades quilombolas nos encontros realizados em anos anteriores:

O intercâmbio entre os diversos fazeres e saberes de cada localidade foi um item importante do projeto desenvolvido pelo CAPA [...] realizou-se o I Encontro Regional de Comunidades Quilombolas, em fevereiro de 2004, no município de São Lourenço do Sul (RS) [...] setembro de 2005, acontecia o II Encontro¹⁶ Regional das Comunidades Quilombolas da do Território Sul do RS, reunindo 1.300 quilombolas em São Lourenço do Sul (CAPA, 2007, p. 53).

De acordo com a coordenadora dessa instituição, o trabalho foi gradual e contínuo: "*Começamos com quatro comunidades e fomos descobrindo muitas outras. Em 2008, fomos indicados pelos quilombolas para realizar um levantamento e apoio para o reconhecimento formal das comunidades*" (CAPA, 2010).

Essa trajetória de trabalho e aproximação das comunidades quilombolas se vê reafirmado na avaliação positiva das organizações que se incorporaram ativamente ao Fórum no decorrer do período

¹⁶ O tema do evento foi "Resgate, Valorização e Resistência da Cultura nas Comunidades Quilombolas" (ZONA, 2005, s/p)

analisado, por meio da mediação realizada pelo CAPA. Durante a realização das entrevistas, representantes das comunidades quilombolas afirmaram terem sido convidadas por esse centro para participarem do Fórum:

Fomos convidados pelo CAPA, quando as comunidades estavam totalmente esquecidas e não tinham conhecimento de política nenhuma. Foi aí que as comunidades começaram a conhecer as políticas na área social e as políticas na área rural. A gente começou no Fórum e depois fomos convidados pelo CAPA – que subsidia nossas passagens e nossa alimentação, senão não teria como participar – e pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) para participar no Território da Zona Sul (Entrevista com liderança quilombola).

Em depoimento coletado em entrevista como liderança quilombola, verifica-se o sentido atribuído por esses atores sociais à participação no Fórum:

O território [Fórum] foi uma das ferramentas que aumentaram a visibilidade das comunidades quilombolas, pois o espaço e a representação fez com que a gente pudesse ter o direito à vez, à voz e a voto nas discussões de projetos e políticas públicas (Entrevista com liderança quilombola).

Segundo depoimento colhido em entrevista, o reconhecimento gerou impactos positivos junto às comunidades:

Todo este processo fez com que se rompessem os lacres do que estava entravado. Fez com que aumentasse a autoestima, que era baixa porque não se conseguia acessar nada, por que não se tinha um documento que comprovasse quem a gente era (Entrevista com representante dos quilombolas na coordenação do Fórum).

Esse processo de ingresso no Fórum e obtenção do reconhecimento público provocou também mudanças nas relações com os gestores públicos municipais, como pode ser observado no seguinte trecho de entrevista:

Antes, nas prefeituras, por exemplo, eram portas fechadas. Mas o território [Fórum] e nós organizados fez com que hoje, a qualquer momento que precisamos sentar com o prefeito, vice-prefeito ou outra pessoa, a gente agenda e é recebido. Na primeira vez, estávamos tensos para ver como seria – foi em 2010. A recepção foi muito boa. Fomos ouvidos [...] Acima de tudo, o que queríamos era ser ouvidos. Naquela reunião, botamos em pratos

limpos o que precisávamos, que era a contrapartida na construção do centro comunitário. Da primeira vez, não conseguimos, mas voltamos e conseguimos. Assim, hoje, a prefeitura é parceira e atende na medida do possível. A gente não espera mais. Agora, temos coragem de cobrar nossos direitos (Entrevista com liderança quilombola).

O significado do acesso a esses programas pode ser observado no seguinte trecho de entrevista, ao fazer referência aos mutirões de documentação do PNDTR:

Éramos vistos como indigentes, como gente sem valor (Entrevista com representante das comunidades quilombolas na coordenação do Fórum).

Atualmente, segundo o mesmo entrevistado, 70% da população quilombola está documentada. Sobre o programa de habitação, o entrevistado destaca:

As pessoas estavam morando em situação bem precária, agora estão construindo casas que, para mim, é a segunda coisa mais importante de se ter. Primeiro, os documentos, depois, uma casa. Não adianta ter saúde, sem ter onde morar (Entrevista com representante das comunidades quilombolas na coordenação do Fórum).

Em outra entrevista se destaca, fazendo referência ao Programa Luz para Todos:

Desde 2009, as comunidades quilombolas estão iluminadas (Entrevista com liderança quilombola).

Outro entrevistado observa que, no início, não esperavam que a participação do grupo no Fórum geraria algum resultado:

Quando fomos convidados, pensamos que era para uma reunião – não tínhamos ideia de quanto isso ia refletir nas comunidades e nas famílias. Nunca imaginamos conquistar tanta coisa [...] Perdemos a vergonha e o medo de falar em reuniões, em eventos e queremos ter uma participação ativa nos diversos conselhos municipais. Eu mesmo participei do Conselho de Saúde do município e assim conseguimos apressar a reabertura do posto de saúde, que estava fechado há anos (Entrevista com representante das comunidades quilombolas na coordenação do Fórum).

Além de investimentos, o Fórum também conseguiu incluir os novos grupos na coordenação, alteração na configuração destacada por um desses novos atores:

Estar na coordenação do Fórum, que antes era só de agricultores, assentados e pescadores, significa muito. Quando não tens um espaço tu não existes. A gente, agora, é existente. A gente participa das discussões, pode mostrar os projetos. A cada representação que se faz, é um sentimento de estar engajado na luta das comunidades. E o bom é que os agricultores, assentados, pescadores, quilombolas, todos estão ali porque precisam das mesmas coisas, de melhorias, de trabalho (Entrevista com liderança quilombola).

Cabe destacar, por fim, que o presente estudo não se deteve na investigação das assimetrias de poder existentes no Fórum de Agricultura Familiar, visto que esta é uma condição própria de cada configuração que foi se estabelecendo ao longo do tempo. De todo modo, ressalta-se que alguns relatos das entrevistas de representantes dos novos grupos chamam atenção para certo “equilíbrio de poder”, relacionado ao fato de se sentirem integrados ao Fórum de forma igualitária:

No território [Fórum], estamos sentados de igual para igual, homens e mulheres. Tem o chefe da Embrapa e tem a pescadora, e os dois são ouvidos. Outra questão é que a nossa cor, dentro de uma discussão, já não é entrave. Mesmo que algumas pessoas ainda nos olhem meio de lado, nós temos ‘topete’ – estamos ali para defender nossos direitos (Entrevista com liderança quilombola).

É preciso destacar também que o CAPA não apenas mobilizou recursos materiais, mas também simbólicos, que se imbricaram nesse espaço de jogo composto por atores com diferentes dotações de recursos, saberes e interesses. Foi possível detectar, principalmente através das entrevistas que os atores envolvidos nessa relação construíram confiança no CAPA, assim como encontrado em outros estudos realizados sobre mediação social.

Observamos também os benefícios obtidos nas relações de mediação social estabelecidas entre o CAPA e as organizações da agricultura familiar, especialmente com as comunidades quilombolas. Nos últimos sete anos, a organização ganhou dois prêmios nacionais, dois prêmios internacionais e um prêmio estadual em reconhecimento ao trabalho realizado na região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme os dados demonstraram, a participação desses grupos foi oportunizada pelas mudanças no contexto político institucional e se viabilizou a partir da disponibilização de recursos, e principalmente

pela ação efetiva de mediadores sociais, especialmente do Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor/ Núcleo Pelotas.

No caso do Fórum, contrariamente a pesquisas realizadas em outras instituições participativas, não foram observados obstáculos ao seu funcionamento, tais como os relacionados à participação efetiva dos grupos sociais nas decisões que lhes dizem respeito, como no caso das comunidades quilombolas. No período investigado houve um esforço em participar de todos os grupos ligados à agricultura familiar, sendo os limites “legais-regimentais” facilitadores do acesso e permanência de todos eles junto ao Fórum, como por exemplo, a Resolução nº 48. Além disso, o Fórum foi capaz de se adaptar à entrada de novos grupos, incluindo-os inclusive na coordenação.

O CAPA e o Fórum geraram, também, vínculos de confiança que permitiram o desenvolvimento de práticas cooperativas entre as organizações que compõem este espaço, não somente no espaço do Fórum, mas também em outras redes associativas. Além disso, no Fórum, as entidades foram construindo parcerias entre si e também articulando sua atuação nos demais espaços públicos construídos, paralelos ao Fórum, muitos destes em torno do Programa “Territórios da Cidadania”.

Observou-se na trajetória do CAPA, um estímulo aos quilombolas a se engajarem de forma contínua nas discussões de questões de relevância para a região, não se restringindo apenas às aspectos específicos das atividades de produção agrícola, prática semelhante realizada pela instituição junto às organizações de agricultores familiares acompanhadas desde a década de 1980.

É possível afirmar que a reconfiguração do Fórum em 2004, a partir de um novo contexto político-institucional, estimulou e oportunizou o ingresso e a participação das comunidades quilombolas neste espaço, bem como o acesso à políticas públicas e projetos. Ao mesmo tempo, o ingresso das comunidades quilombolas reconfigurou o Fórum, além desta participação reconfigurar as comunidades, num processo interdependente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANGROSINO, M. Observação Etnográfica. IN: *Etnografia e observação participante*. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- BECKER, H. Problemas de inferência e prova na observação participante. IN: *Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- BRASIL. Constituição Federal, 1988. *Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, Art. 68*. Disponível em: <http://www.dji.com.br/constituicao_federal/cfdistra.htm>. Acesso em: 20/06/2014.
- BRASIL. Constituição Federal, 1988. *Decreto de 25 de fevereiro de 2008*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Dnn/Dnn11503.ht>. Acesso em 29/07/2012.
- BRASIL. Constituição Federal, 1988. *Portaria FCP nº 98 de 2007 - Fundação Cultural Palmares*. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2010/11/legis21.pdf>. Acesso em 29/07/2012.
- BRASIL. Constituição Federal, 1988. Resolução nº 48 de 16 de setembro de 2004. Propõe diretrizes e atribuições para a rede de Conselhos de Desenvolvimento Rural Sustentável – CDRS, nos diferentes níveis de atuação. *Diário Oficial da União*, Seção 1, p. 113, Brasília - DF 23/09/2004.
- BRASIL. Constituição Federal, 1988. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – CONDRAF. *Institucionalidades para a Gestão Social do Desenvolvimento Rural Sustentável*. Série Documentos do CONDRAF 1; CONDRAF, Brasília, DF. Setembro de 2005.
- CELLARD, A. A análise documental. IN: *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. POUPART, J. et al. Trad. NASSER, Ana Cristina. 2 ed. Petropolis, RJ: Vozes, 2010.
- Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor - CAPA. *Descobri que tem raça negra aqui*. Pelotas, s.ed., 2007.
- Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor - CAPA. *PTDRS Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável: território da cidadania Zona Sul do Estado do Rio Grande do Sul*. Pelotas, 2009.
- Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor - CAPA. *Revelando os quilombos no Sul*. – Pelotas: Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor, 2010.
- Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor - CAPA. *Um novo olhar sobre o Território Zona Sul*. Pelotas, 2013.
- DE LA GARZA. La epistemología crítica y el concepto de configuración. *Revista Mexicana de Sociología*, 2001. Disponível em <<http://docencia.izt.uam.mx/egt/publicaciones/articulos/configuraciones.pdf>>. Acesso em 14/11/2012.
- DUTRA, M. V. F. *Direitos quilombolas: um estudo de impacto da cooperação ecumênica*. Rio de Janeiro: KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço, 2011.
- ELIAS, N. *Introdução à sociologia*. Lisboa / Portugal: EDIÇÕES 70, Ltda., 2008.
- ELIAS, N. *Envolvimento e alienação*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

- ELIAS, N. *A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- ELIAS, N. Escritos & ensaios. IN: *Estado, processo, opinião pública*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.
- FAVARETO, A.; DEMARCO, D. Entre o capital social e o bloqueio institucional: uma avaliação dos CMDR em cinco Estados brasileiros. IN: SCHNEIDER, S; SILVA, M. K; MORUZZI MARQUES, P. E. (orgs). *Políticas públicas e participação social no Brasil Rural*. 2. Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- GIL, A.C. Observação. IN: *Métodos e técnicas de Pesquisa Social*. São Paulo: Atlas, 2009.
- MARTINS, J.S. *A aparição do demônio na fábrica* (Origens sociais do Eu dividido no subúrbio operário). 1 ed., São Paulo: Editora 34, 2008.
- MATTEI, L; CAZELLA, A. A. Planejamento e gestão do Pronaf Infra-estrutura e Serviços: evidências a partir do Estado de Santa Catarina. IN: SCHNEIDER, S; SILVA, M. K; MORUZZI MARQUES, P. E. (orgs). *Políticas públicas e participação social no Brasil Rural*. 2 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- McADAM, D.; TARROW, S.; TILLY, C. *Dynamics of contention*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- MORUZZI MARQUES, P. E. Participação e Pronaf: um estudo do poder, dos atores e dos conflitos em torno dos conselhos municipais e de desenvolvimento rural. IN: SCHNEIDER, S; SILVA, M. K; MORUZZI MARQUES, P. E. (orgs). *Políticas públicas e participação social no Brasil Rural*. 2 Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- NEVES, D.P. Mediação social e mediadores políticos. IN: Neves, D.P (org.). *Desenvolvimento Social e mediadores políticos*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.
- NUSSBAUMER, B.; ROS, C.C. Trayectoria conceptual de la mediación social: expedicionarios, patrones, políticos y profesionales técnicos en la interconexión y producción de mundos de significados. IN: NUSSBAUMER, B.; ROS, C.C (ed.). *Mediadores sociales: en la producción de prácticas e sentidos de la política pública*. Buenos Aires: Fundación CICCUS, 2011.
- PERERA, F.A.; GOMES, C.C.J. O uso de metodologias participativas na democratização do conhecimento: avaliação de rede de referência na Região Sul do RS. *Revista Extensão Rural*, Santa Maria: DEAER/PPGExR – CCR – UFSM, Ano XVI, n. 18, p. 123 – 146, jul/dez 2009.
- RUBERT, R. A., SILVA, P. S. O acamponesamento como sinônimo de aquilombamento: o amálgama entre resistência racial e resistência camponesa em comunidades negras rurais do Rio Grande do Sul. IN: *Diversidade do campesinato: expressões e categorias: construções identitárias e sociabilidades*. v. 1, São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2009.
- SCHMITT, C.J. (coord.). *Políticas em rede: uma análise comparativa das interdependências entre o Programa de Aquisição de Alimentos e as redes associativas na Bahia e no Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: UFRRJ, 2012.

- SCHNEIDER, S; CAZELLA, A. A; MATTEI, L. Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf – Programa Nacional da Agricultura Familiar. IN: SCHNEIDER, S; SILVA, M. K; MORUZZI MARQUES, P. E. (orgs). *Políticas públicas e participação social no Brasil Rural*. 2 Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- SILVA, M. K. De volta aos movimentos sociais? Reflexões a partir da literatura brasileira recente. *Ciências Sociais Unisinos*, v. 46, n. 1, p. 2-9, jan./abr, 2010.
- SILVA, M. K; MORUZZI MARQUES, P. E. Democratização e políticas públicas de desenvolvimento rural. IN: SCHNEIDER, S; SILVA, M. K; MORUZZI MARQUES, P. E. (orgs). *Políticas públicas e participação social no Brasil Rural*. 2 Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- SKOCPOL, T. *Diminished Democracy: from membership to management in American civic life*. Norman: University of Oklahoma Press, 2003.
- TILLY, C. *Regimes and repertoires*. Chicago: University of Chicago Press, 2006.
- TILLY, C.; TARROW, S. *Contentious politics*. Boulder: Paradigm Publishers, 2007.
- ZARTH, P. A. Do arcaico ao moderno: O Rio Grande do Sul agrário do século XIX. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002.
- ZONA SUL: Capa realiza o 2º Encontro Regional de Comunidades Quilombolas em São Lourenço do Sul. *Diário Popular*, Pelotas, 12 set. 2005. Disponível em: <<http://goo.gl/jfgB79>>. Acesso em 15/11/2012.

Recebido em:05/08/2014
Aprovado em:03/09/2014
Publicado em:03/10/2014